



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680410 - PE (2021/0220528-2)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : RAFAELA CORREA DA SILVA
ADVOGADO : RAFAELA CORREA DA SILVA - PE031898
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PACIENTE : FAGNER DEIVID DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FAGNER DEIVID DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (n. 0018591-30.2020.8.17.9000).

O paciente foi preso preventivamente no dia 22 de outubro de 2020, no curso de investigação denominada operação “A Toca”, em razão da suposta prática dos crimes previstos nos arts. 33, *caput*, e 35, ambos c/c o art. 40, inciso IV, todos da Lei n. 11.343/2006.

Sustenta o impetrante a inexistência de fundamentação idônea para o decreto prisional e o excesso de prazo na segregação cautelar do paciente.

Requer a concessão da ordem, liminarmente, para que seja revogada a prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente